

**PRODUTO
INTERNO
BRUTO**



PIAUI
PRODUTO INTERNO BRUTO
PIB 2020

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Maria Regina Sousa

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (CEPRO)
Liége de Sousa Moura

DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
Rebeca Maria Nepomuceno Lima

GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
Leonardo dos Reis Melo

COORDENADORIA DE CONTAS REGIONAIS
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior

ELABORAÇÃO
Amanda Alves Dias
José Edson Rodrigues Júnior
Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior
Marcos Antonio Pinheiro Marques
João Vitor Rodrigues de Araujo (Estagiário)

COLABORAÇÃO
Evaristo Alves dos Reis Júnior
Fernanda Almeida Moita

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Luciana Maura Sales de Sousa
Nilmar Pinheiro da Silva Moraes
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Cristiana de Moraes Nunes Melo

CORRESPONDÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI
Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22
E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1.INTRODUÇÃO.....	6
2.PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL E DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), SEGUNDO A ÓTICA DA PRODUÇÃO.....	9
3.DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO PIAUÍ, SEGUNDO A ÓTICA DA PRODUÇÃO.....	13
4.AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO.....	22
4.1 Agropecuária.....	22
4.2 Indústria.....	25
4.3 Serviços.....	30
5.AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 2020, PELA ÓTICA DA RENDA.....	34
GLOSSÁRIO.....	37
ANEXOS.....	40

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (SEPLAN), por meio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO) e da Diretoria de Estudos Econômicos e Sociais, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí, para o ano de 2020 pela ótica da produção e pela ótica da renda. Quando mensurado pela ótica da produção, o PIB é representado pelos setores econômicos Agropecuária, Indústria e Serviços. Pela ótica da renda, o PIB corresponde à soma dos valores da remuneração dos fatores de produção em um determinado período.

O dinamismo e os resultados das atividades produtivas de uma sociedade, em termos de produção, podem ser expressos pelo Produto Interno Bruto (PIB) gerado. O desempenho desse agregado constitui referência para medir o crescimento econômico e para o subsídio à tomada de decisão no âmbito público e privado passando, portanto, a ser informação importante para a sociedade piauiense. Desse modo, neste documento são divulgados resultados consolidados do PIB e PIB per capita do Piauí, Brasil e demais Unidades da Federação.

Nesta publicação, a SEPLAN, por intermédio da Superintendência CEPRO, dá continuidade à elaboração e divulgação dos dados socioeconômicos com o objetivo de contribuir com mais uma ferramenta para o planejamento do Estado. Deve-se, também, ressaltar a cooperação disponibilizada pelo IBGE por meio de metodologia padronizada para todos os estados para a consolidação e consistência dos resultados finais. Os dados são coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, construído de acordo com as recomendações das Nações Unidas, expressas no manual *System of National Accountis* 2008 (SNA/2008).

Rejane Tavares da Silva

Secretária do Planejamento

1 INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) anual das Unidades da Federação é calculado pelo Sistema de Contas Regionais do Brasil, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com institutos estaduais de estatísticas, no caso do Piauí, a Superintendência CEPRO, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN).

Os resultados do levantamento das Contas Regionais apontaram que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi na ordem de R\$ 7,60 trilhões e para Estado do Piauí da ordem de R\$ 56,4 bilhões em 2020, aumento nominal de 6,8% em relação a 2019.

A divulgação do PIB anual ocorre com defasagem de dois anos. O intervalo é necessário para a contabilização das bases de dados mais completas e abrangentes (bases estruturais), oriundas das diversas pesquisas anuais realizadas pelo IBGE, e possibilita a revisão de estimativas publicadas previamente.

Neste relatório são divulgados os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí para 2020, na série do Sistema de Contas Regionais (referência 2010). A série do Sistema de Contas Regionais do Brasil adota 2010 como ano de referência e incorpora as recomendações da mais recente revisão do Manual de Contas Nacionais – o System of National Accounts (SNA/2008) – organizado pela ONU, pelo FMI, pela OCDE e pelo Banco Mundial. Além de atualizações metodológicas, essa série apresenta uma classificação integrada tanto à CNAE 2.0 quanto entre outras fontes estruturais, aos dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009.

No sistema de apuração dos resultados, adota-se um procedimento de ajuste do resultado das Contas Regionais com as Contas Nacionais, que constituem a referência balizadora e o guia para a divulgação dos resultados

consolidados. Dessa maneira, o presente documento traz uma avaliação à economia piauiense no ano de 2020, bem como considera os valores iniciais da série a partir de 2002.

Estruturalmente, o documento apresenta os principais números relativos ao Produto Interno Bruto e ao Produto Interno Bruto per capita, dentro do contexto nacional e estadual. O PIB corresponde ao total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescidas dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos e o PIB per capita consiste no quociente entre o valor do PIB e sua população residente.

O documento também realiza uma análise da dinâmica do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Brasil, regiões e estados para os anos selecionados, que consiste no resultado do valor total produzido menos o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, não sendo considerada a margem de comércio e os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. Assim, o VAB permite uma análise desagregada para os três grandes setores que formam a economia piauiense (Agropecuária, Indústria e Serviços) e de suas atividades, apresentando os principais indicadores, como as taxas de crescimento e as mudanças de participações dentro do setor e da referida área geográfica. Por fim, é feita uma abordagem da evolução das participações do PIB na Ótica da Renda a partir dos seus principais componentes.

São aspectos importantes, o detalhamento da conta de produção (valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto), segundo os 18 setores de atividade econômica, a saber: Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; Pecuária, inclusive apoio à pecuária; Produção florestal, pesca e aquicultura; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão e resíduos e descontaminação; Construção; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e Correios;

Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; Educação e saúde privadas; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e, por último, Serviços domésticos.

Sob a Ótica da Renda, em que o PIB representa a soma dos valores de remuneração dos fatores de produção, são componentes: a) o total das remunerações, em dinheiro ou em bens e serviços, pago por uma empresa a um empregado em troca do trabalho despendido em determinado período; b) os impostos sobre a produção; c) o Excedente Operacional Bruto e o Rendimento Misto, que remunera os ativos utilizados pelas unidades empresariais ou pelas famílias produtoras.

2 PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL E DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), SEGUNDO A ÓTICA DA PRODUÇÃO

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi na ordem de R\$ 7,60 trilhões. Em um ano marcado pelo surgimento e expansão do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) em todo mundo, a pandemia impactou de múltiplas formas os contextos econômicos, socioeconômicos e sanitários.

Nesse cenário, e em termos de volume do Produto Interno Bruto, o país apresentou retração de 3,3% no referido ano. No contexto nacional, 24 estados tiveram variação negativa, influenciada diretamente pelos impactos da pandemia, sobretudo nas atividades que compõem os setores da Indústria e Serviços, principalmente pelas restrições estabelecidas no período de lockdown.

Dentre as unidades federativas que apresentaram variação de volume negativa no ano de 2020, 13 UFs possuíram retração maior que a variação nacional. As outras 11 UFs, que também tiveram retração em volume, demonstraram variações inferiores à do Brasil.

Em um contexto econômico sob forte influência pandêmica, os únicos estados que não tiveram retração em termos de volume foram: Roraima (0,0%), Mato Grosso do Sul (0,31%) e Mato Grosso (0,15%), influenciados pelo desempenho positivo, em termos de produção da atividade da Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita.

Em 2020, ainda no âmbito nacional, os estados que apresentaram as maiores retrações em termos de volume foram: Rio Grande do Sul com -7,04%, impactado pela redução do volume da produção agrícola, principalmente do cultivo de soja; seguido dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, que tiveram uma redução de 5,8% e 5,7%, respectivamente, justificados pelas reduções da Indústria de transformação (artigos de vestuários e refino de petróleo); Transporte, armazenagem e Correios; e Alojamento e

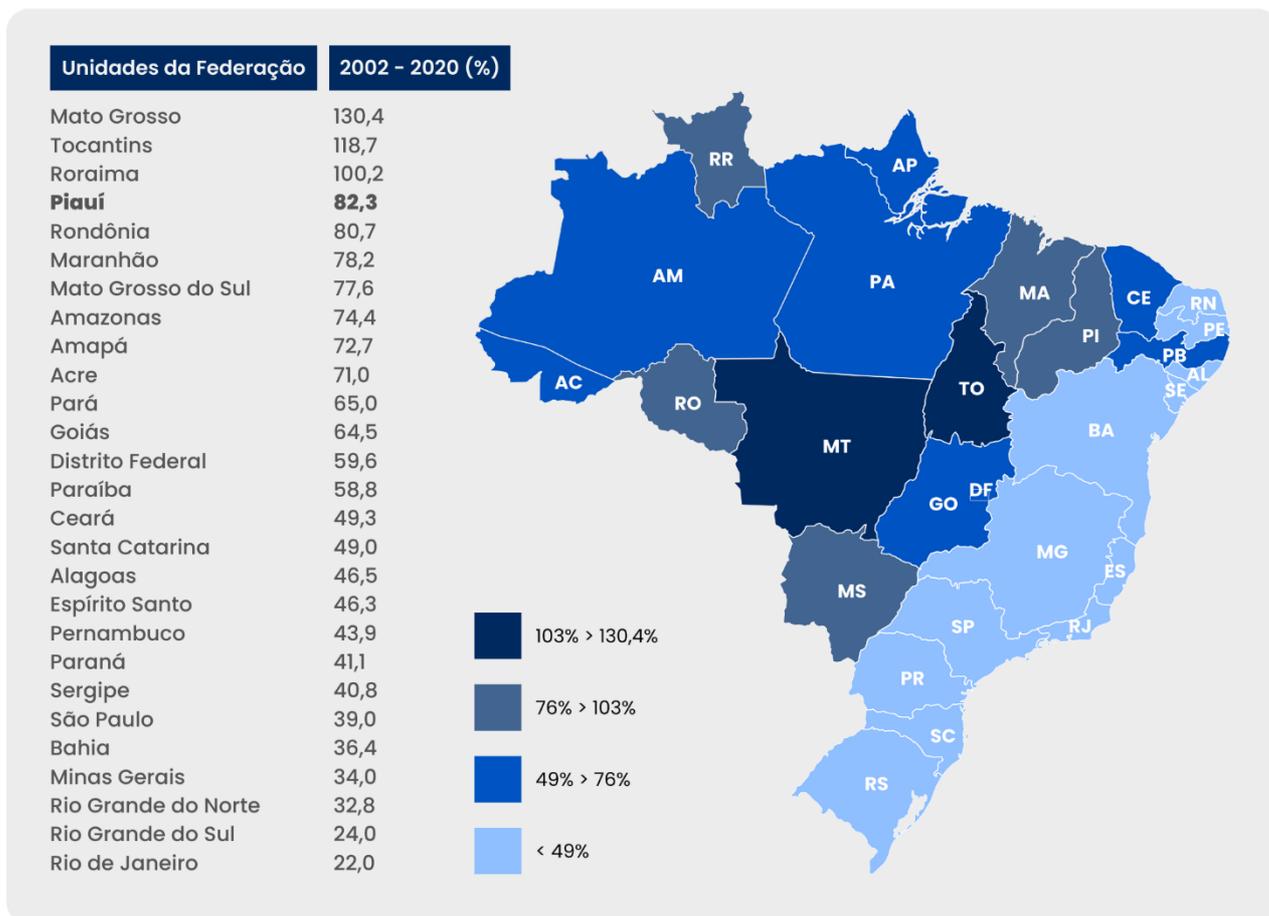
alimentação.

Com relação ao comportamento dos estados que compõem a região Nordeste, destaca-se que apenas dois apresentaram retrações abaixo do valor nacional que foi de -3,2%, a saber: Sergipe (-1,1%), e Maranhão (-2,0%). Os demais estados nordestinos apresentaram retração com variação entre -5,8% (Ceará) e -3,5% (Piauí).

Destarte, conforme discutido, o ano de 2020 foi marcado por consideráveis retrações que se aproximaram das observadas nos anos de 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,5%), que tiveram como fundamento os efeitos da estiagem no setor agropecuário brasileiro. No entanto, em 2020 esse mesmo setor foi responsável por amortizar a retração verificada nos setores da indústria e serviços.

Em termos de variação acumulada de volume (2002-2020), conforme demonstrado na Figura 1, é perceptível o desempenho satisfatório de estados que, nos últimos anos, têm se destacado no investimento e consolidação de atividades econômicas de elevado valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB).

Figura 1- Variação real acumulada (%) do Produto Interno Bruto por UF, pela ótica da produção- 2002 a 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Na série histórica do PIB, no período de 2002 a 2020, o Piauí apresenta o quarto maior crescimento acumulado do PIB no país, da ordem de 82,3%, o que equivale a uma média anual de aumento de 3,4%. Como consequência, a participação relativa do Piauí no PIB do país também se elevou, tendo passado de 0,5% em 2002 para 0,7% em 2020, fazendo com que o Estado melhorasse sua posição no ranking, saltando da 23ª posição em 2002 para a 21ª em 2020.

Os estados que superam o Piauí em crescimento acumulado de volume do PIB, no período de 2002 a 2020, são: Mato Grosso (130,4%), Tocantins (118,7%), Roraima (100,2%). Nesse panorama, destacam-se o peso das atividades que compõem a Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a

pós-colheita e a Indústria de transformação nesses estados.

Com relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB), o país apresentou um aumento de 3,2% com relação a 2019, devido principalmente ao crescimento no setor Agropecuário. Em 2020, a Agropecuária foi o único setor que apresentou variação em volume positiva, 4,2%, com destaque para a produção de grãos.

Nesse contexto, destacaram-se o aumento dos cultivos de cereais, soja, algodão e demais lavouras temporárias. Ressalta-se que a elevação dos preços dos cereais e da soja, refletiram de forma significativa no aumento de participação da agricultura e serviços relacionados no VAB de 2020. Destaca-se que, diferentemente do que acontece nos setores da Indústria e Serviços, o setor da Agropecuária ganhou participação na composição da economia do VAB nacional. Em 2010, as atividades agropecuárias representavam 4,8% do VAB nacional, passando, em 2020, o representar 6,6%, o que demonstra uma variação de 1,8 p.p.

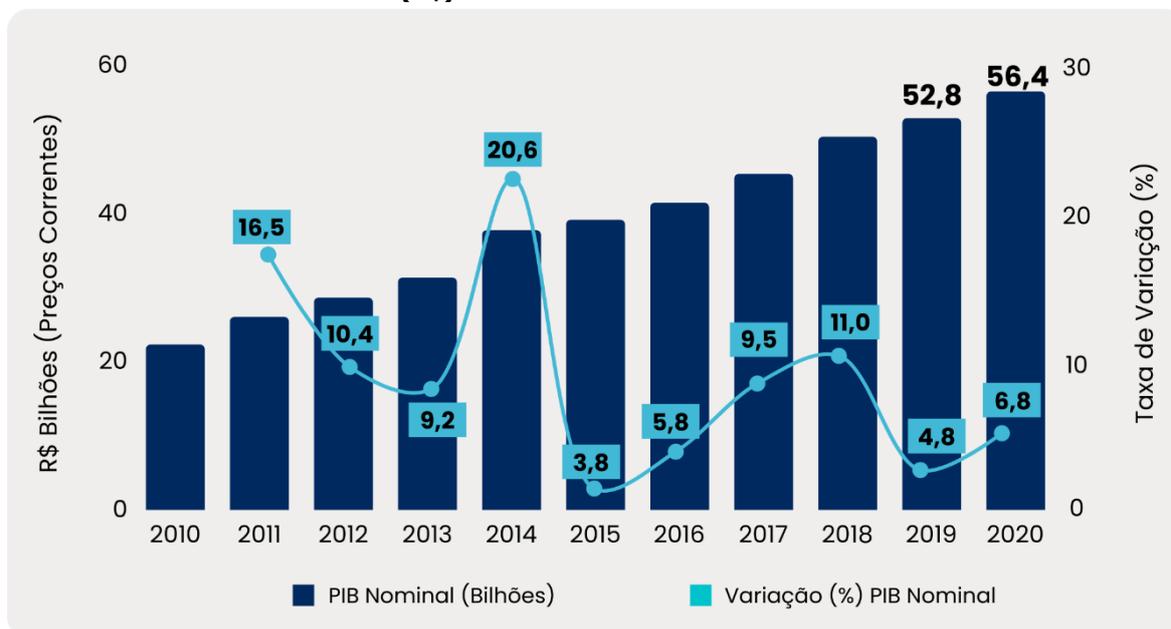
Em relação a 2019, a Indústria nacional apresentou uma redução de volume na ordem de 3,0% do VAB. Os destaques observados foram as atividades que compõem a Indústria de transformação (-4,6%), com destaque para as atividades de confecção de artigos de vestuário e acessório. Nesse cenário, a atividade de Construção e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão e descontaminação demonstraram redução em termos de volume, respectivamente de 2,1% e 1,5%.

O setor de Serviços configurou em 2020 uma redução de 3,7% do Valor Adicionado Bruto. Contribuíram para este comportamento a queda (em volume) das atividades com maior peso no setor: Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (-4,5%), Alojamento e alimentação (-25,5%), Transporte, armazenagem e Correios (-12,4%) e Educação e saúde públicas (-8,6%).

3 DESEMPENHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO ESTADO DO PIAUÍ, SEGUNDO A ÓTICA DA PRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2020, a economia do Estado do Piauí gerou R\$ 56,391 bilhões de PIB a preços correntes, significando um incremento nominal de 6,8% em relação a 2019 (R\$ 52,8 bilhões), conforme se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto e taxas de variação (%) do valor nominal do Estado do Piauí em bilhões (R\$) 2010 a 2020



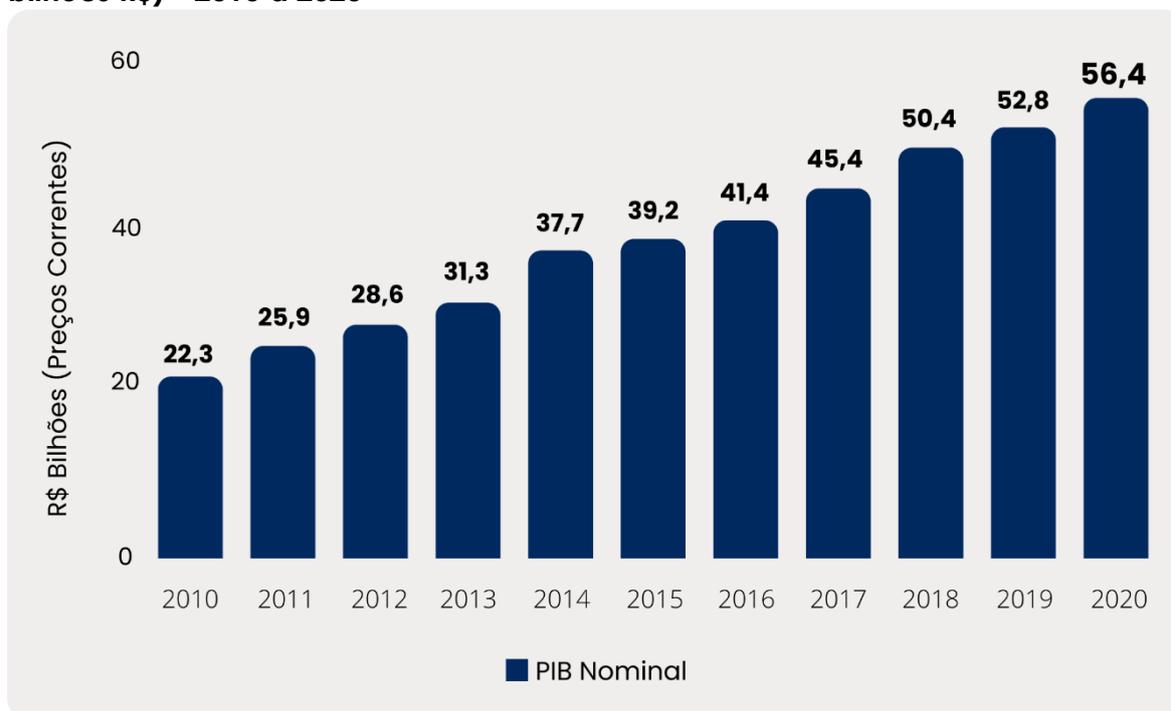
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Comparativamente, o Brasil cresceu de R\$ 7,389 trilhões em 2019, para a ordem de R\$ 7,609 trilhões em 2020. Em termos de valor absoluto, o incremento nominal no país foi de 3,0% no mesmo período. No Nordeste, o crescimento nominal do PIB foi de R\$ 1,047 trilhão a R\$ 1,079 trilhão entre os anos de 2019 e 2020, o que representou um acréscimo nominal de 3,0%.

Tomando a série histórica, ou seja, 2010 a 2020, o PIB nominal do Piauí cresceu, proporcionalmente, mais que o do Brasil em dez anos. Isto pois, passou de R\$ 22,3 bilhões em 2010 para R\$ 56,4 bilhões em 2020, portanto, um crescimento acumulado de 152,9%. Já o Brasil passou de R\$ 3,9 trilhões,

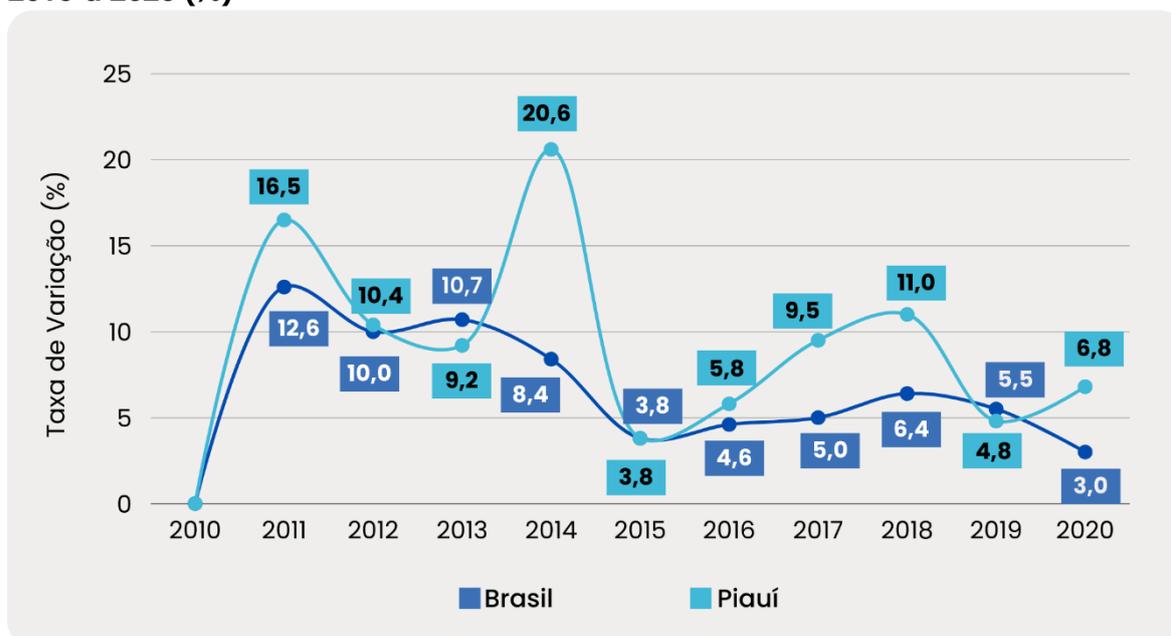
em 2010, para R\$ 7,6 trilhões em 2020, com uma variação positiva de 95,8%.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto do Estado do Piauí, pela Ótica da Produção (em bilhões R\$) – 2010 a 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Gráfico 3 – Variação do PIB Nominal do Brasil e Piauí, pela Ótica da produção – 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

A Tabela 1 apresenta as atividades econômicas por ordem de relevância em termos de participação na economia estadual piauiense no ano de 2020. São apresentadas as atividades com suas participações em 2019 e 2020, assim como a diferença na participação das atividades nos anos de 2020 e 2019.

Tabela 1 – Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado do Piauí, pela ótica da produção– 2019 e 2020

Atividade econômica	Participação 2019 (%)	Participação 2020 (%)	Diferença de participação (p.p.) 2020/2019
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	34,2	33,5	-0,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,1	13,6	-1,5
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	6,2	9,2	3,0
Atividade imobiliárias	8,6	8,4	-0,2
Construção	5,5	6,7	1,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	4,5	-1,1
Eletricidades e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,6	4,6	1,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,7	3,5	-0,2
Educação e saúde privadas	3,2	2,7	-0,5
Alojamento e alimentação	3,0	2,5	-0,5
Transporte, Armazenagem e Correios	2,5	2,4	-0,1
Indústria de transformação	3,0	2,3	-0,7
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,3	1,5	0,2
Informação e Comunicação	1,4	1,4	0,0
Serviços domésticos	1,2	1,3	0,1
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,1	-0,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,5	0,6	0,1
Indústrias extrativas	0,2	0,2	0,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Por sua vez, a variação do PIB estadual é influenciada pelo grau de relevância econômica dessas atividades na composição do Valor Agregado Bruto da economia (VAB). Quanto maior for a participação de uma atividade na composição do VAB estadual, maiores são os efeitos de seu desempenho (seja positivo ou negativo) sobre a economia do Estado.

Em 2020, em termos de participação na economia estadual piauiense, as principais atividades são: Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (33,5%); Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (13,6%); Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita (9,2%); Atividades imobiliárias (8,4%) e Construção (6,7%).

Dessa forma, a ocorrência da pandemia, assim como diversos fatores, contribuíram para a retração evidenciada no Estado do Piauí nesse ano, dentre os quais é possível destacar o desempenho desfavorável da atividade de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, sendo um segmento relevante e apresentou variação negativa de volume de produto de 7,0%.

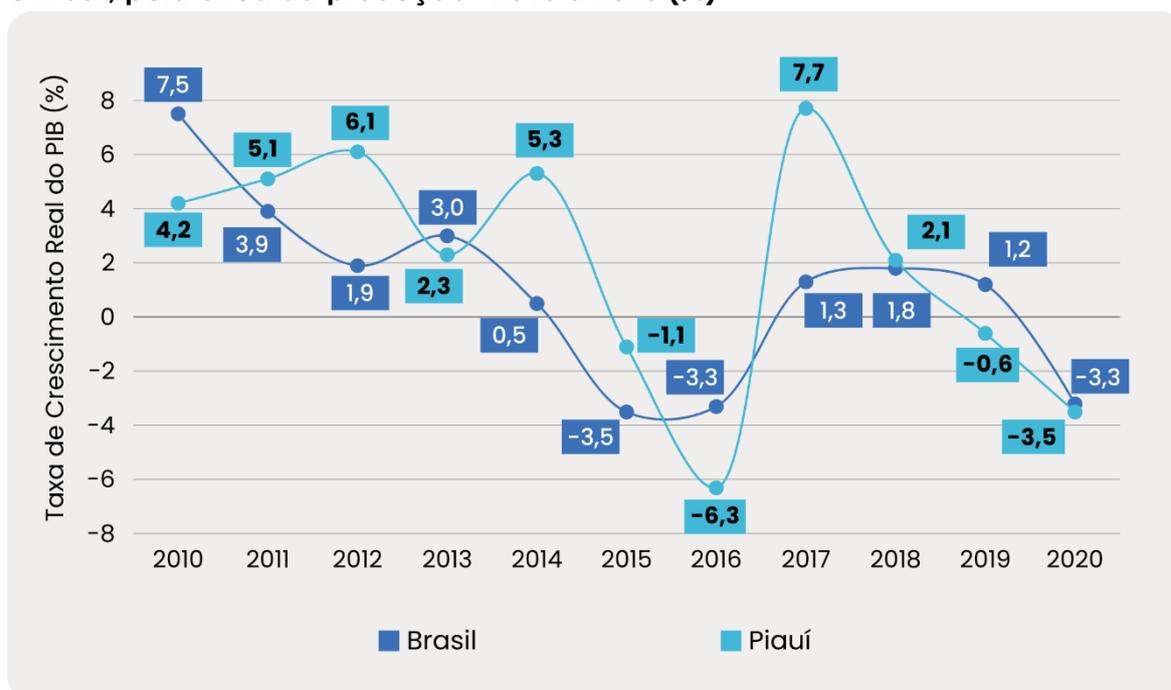
Para a análise do PIB em termos reais, utiliza-se o Índice de Volume, indicador que mede o produto real criado pela atividade econômica, sem interferência inflacionária. O volume de produção é calculado em unidades monetárias, que traduzem não apenas o volume físico, mas o seu valor real (excluída a movimentação inflacionária). Ressalte-se que esse valor pode crescer por razões não inflacionárias de um ano a outro, ainda que a quantidade produzida seja a mesma, bastando para isto que sejam incorporados ao produto ganhos tecnológicos que o valorizem no mercado, por exemplo.

Em 2020, o Índice de volume do PIB do Estado do Piauí foi de -3,5% e do Brasil -3,3%, evidenciando a tendência nacional de queda de volume por influência principalmente dos efeitos econômicos oriundos da pandemia que impactaram diretamente os setores da Indústria e Serviços.

Visto na perspectiva da década, conforme Gráfico 4, o PIB do Piauí apresentou crescimento expressivo no ano de 2017 (7,7%), com variação positiva bem acima do crescimento do País (1,3%), ante o desempenho

negativo experimentado em 2016. A partir de 2018, observa-se certa estabilização da variação em volume do PIB estadual em relação à taxa nacional. Para 2018, a taxa de crescimento real do PIB Piauí foi de 2,1%, valor ainda acima do nacional de 1,8%.

Gráfico 4 – Variação real acumulada do Produto Interno Bruto do Estado do Piauí e Brasil, pela ótica da produção– 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Na comparação com as demais Unidades da Federação, em 2020, o Estado ocupou a 21ª posição em relação ao valor nominal do PIB e manteve sua posição em termos de participação de 5,2% no PIB da região Nordeste e de 0,7% em relação ao PIB do Brasil.

Em termos de composição setorial do PIB, a estrutura da economia piauiense é marcada pela forte presença do setor Serviços, que tradicionalmente responde por mais de 70% do PIB estadual, conforme se observa na série histórica 2010 a 2020, apresentada no Gráfico 5.

Em 2020, estiveram, respectivamente, em 74,8%; 14,0% e 11,3% as participações dos Serviços, da Indústria e da Agropecuária na economia

estadual. Em relação ao ano anterior, Agropecuária e Indústria aumentaram sua participação. Em contrapartida, o setor Serviços obteve uma redução na participação do PIB em 4,9 pontos percentuais.

Gráfico 5 – Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado do Piauí– 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

O setor de Serviços carrega em si o vetor mais expressivo da economia estadual, com a atividade Administração Pública respondendo, em 2020, por 33,5% do VAB estadual. Nesse setor encontram-se 7 das 10 atividades de maior peso no PIB do Estado.

Em 2020, o setor de Serviços reduziu seu peso na formação do VAB estadual, diminuindo sua participação de 79,7 % em 2019 para 74,8% em 2020. Esse setor contempla 11 atividades, cujas variações de participação em pontos percentuais na economia em 2020 relativamente a 2019 foram as seguintes : i) Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (-0,8%); ii) Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-1,6%); iii) Atividades imobiliárias (-0,2%); iv) Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços

complementares (-1,1%); v) Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,2%); vi) Educação e saúde privadas (-0,5%); vii) Alojamento e alimentação (-0,6%); viii) Transporte, armazenagem e Correios (-0,1%); ix) Informação e comunicação (0,0%); x) Serviços domésticos (0,1%) e xi) Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (-0,2%).

Dentre essas atividades, as que mais obtiveram perda de participação, relativamente a 2019, e contribuíram para a redução de participação do setor Serviços foram justamente as que já possuíam maior influência no setor ao longo dos anos anteriores da série, ou seja: Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, que tiveram, respectivamente, descréscimo de participação de 0,8 e 1,6 ponto percentual, na composição do VAB estadual, tendo apresentado variação de volume de -7,0% e 1,4% respectivamente.

A Indústria, segundo setor mais importante em termos de composição da economia estadual, está classificada em 4 categorias de atividades, cujas diferenças de participação na economia em 2020 relativamente a 2019 foram as seguintes: i) Indústrias extrativas (0,1%); ii) Indústrias de transformação (-0,6%); iii) Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (1,0%); iv) Construção (1,3%).

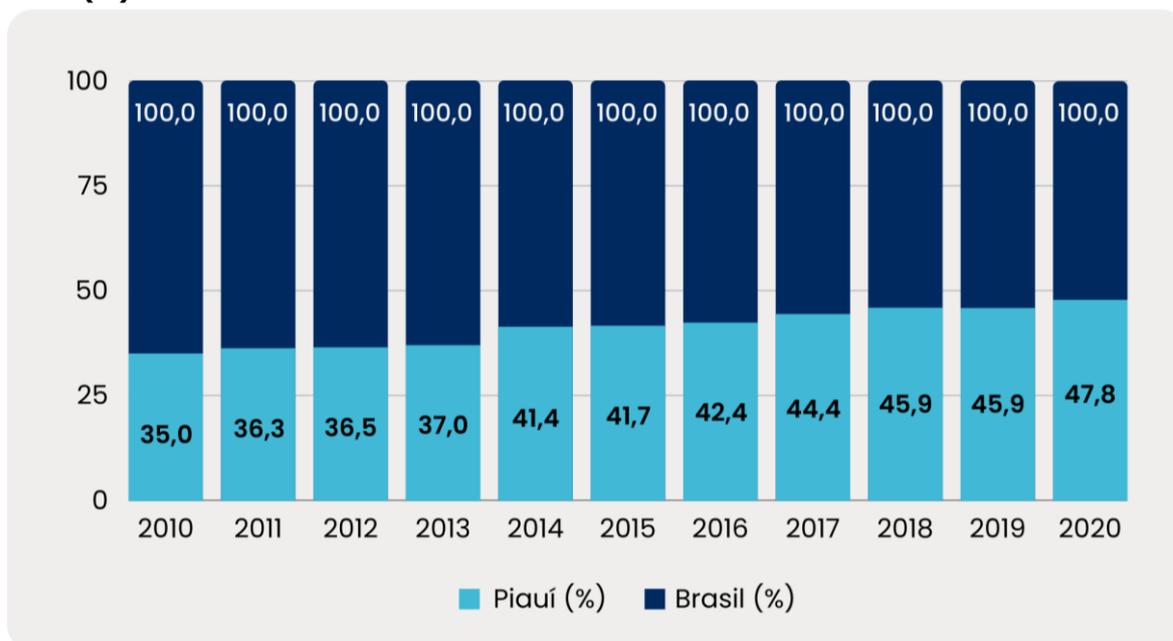
A Indústria apresentou ganho de participação no Valor Adicionado Bruto(VAB) do Estado, já que esse grupo de atividade representava 12,3% em 2019, e passou a 14,0% em 2020, entretanto, teve redução do volume de 3,4%. O comportamento das atividades de Indústrias extrativas; Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e Construção, que aumentaram, respectivamente 0,1; 1,0 e 1,3 ponto percentual de participação, explica o aumento do valor relativo da Indústria na economia estadual.

A Agropecuária está classificada em três categorias de atividades, cujas diferenças de participação na economia em 2020, relativamente a 2019, foram as seguintes: i) Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita (3,0%); ii) Pecuária, inclusive apoio à Pecuária (0,2%) e iii) Produção florestal, pesca e aquicultura (0,0%). O setor apresentou variação positiva de VAB de 10,8%, em 2020, pois se verificou ganho de volume que influenciou sua posição na composição do VAB estadual que era de 8,0% ,em 2018, e passou a 11,3% no ano seguinte,elevando sua participação, portanto, em 3,3 pontos percentuais.

A Tabela 1, já apresentada, mostra as principais atividades econômicas em desenvolvimento no Piauí, em 2020, e sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado. Percebe-se a continuidade em 2020 da predominância das categorias de atividades: Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social (33,5%); Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (13,6%) e Atividades imobiliárias (8,4%), não havendo mudanças substanciais na configuração padrão da economia estadual.

Quanto ao PIB per capita, o cálculo resulta do quociente entre o valor do PIB e sua população residente. Para a população, utilizou-se a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU) em outubro de 2020, tendo 1º de julho como data de referência. As projeções para a população do Piauí foram usadas para estimar o PIB per capita do Piauí e sua evolução, em termos reais, no período de 2010 a 2020, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Estado do Piauí: Representação no PIB per capita do Brasil – 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Em 2020, o PIB per capita estadual atingiu R\$ 17.185,00 ante R\$ 16.125,00 em 2019, havendo, portanto, uma expansão de R\$ 1.060,00, ou seja, uma variação nominal de 6,6%, superior à do Nordeste que foi de 2,5%. O Brasil apresentou crescimento de 2,2%.

Um outro ponto a observar é que ao longo da série 2010-2020 verifica-se uma aproximação gradativa e crescente do PIB per capita do Piauí ao valor do PIB per capita nacional. Em 2010, o PIB per capita do Piauí equivalia a 35% do PIB per capita brasileiro. Nos últimos 10 anos há uma tendência crescente de aproximação do PIB per capita do Estado em relação ao PIB per capita nacional, de modo que em 2020 o PIB per capita do Piauí atingiu 47,8% do PIB per capita brasileiro, aumentando 1,9 ponto percentual quando comparado 2020 ao ano anterior.

4 AVALIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DO PIAUÍ, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICAS PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO

O Valor Adicionado Bruto (VAB) mensura o quanto uma atividade produtiva acrescenta na economia de um país, estado ou município em determinado período de tempo. Em outras palavras, é o resultado do valor total produzido menos o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, não sendo considerada a margem de comércio e os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios.

Em 2020, o Brasil obteve um VAB de 6,594 bilhões e a região Nordeste 948,5 milhões. O Estado do Piauí apresentou um VAB de 50,6 milhões, crescimento nominal de 7,3%, superior ao nacional que foi 3,7% e da região Nordeste de 3,4%. Seguindo esse conceito, apresenta-se a seguir o desempenho dos três setores da economia piauiense.

4.1 Agropecuária

O setor da Agropecuária é composto por: Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita; pela Pecuária, inclusive apoio à pecuária; e pela Produção florestal, pesca e aquicultura. No Brasil, no ano de 2020, a Agropecuária gerou um VAB de R\$ 434,621 bilhões, montante que representa 6,6% do VAB nacional.

Com relação à conjuntura nacional, o crescimento da Agropecuária foi influenciado pela atividade da Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita que elevou a participação na economia nacional de 3,2% para 4,6% entre 2019 e 2020. De maneira geral, o ano de 2020 foi favorável para as atividades agrícolas com o aumento em volume do cultivo de soja, cultivo de café, de cereais, de algodão e de outras lavouras temporárias. Outro fator que impactou diretamente o resultado do setor foi o aumento considerável do preço da soja, principalmente pela valorização internacional, e dos cereais.

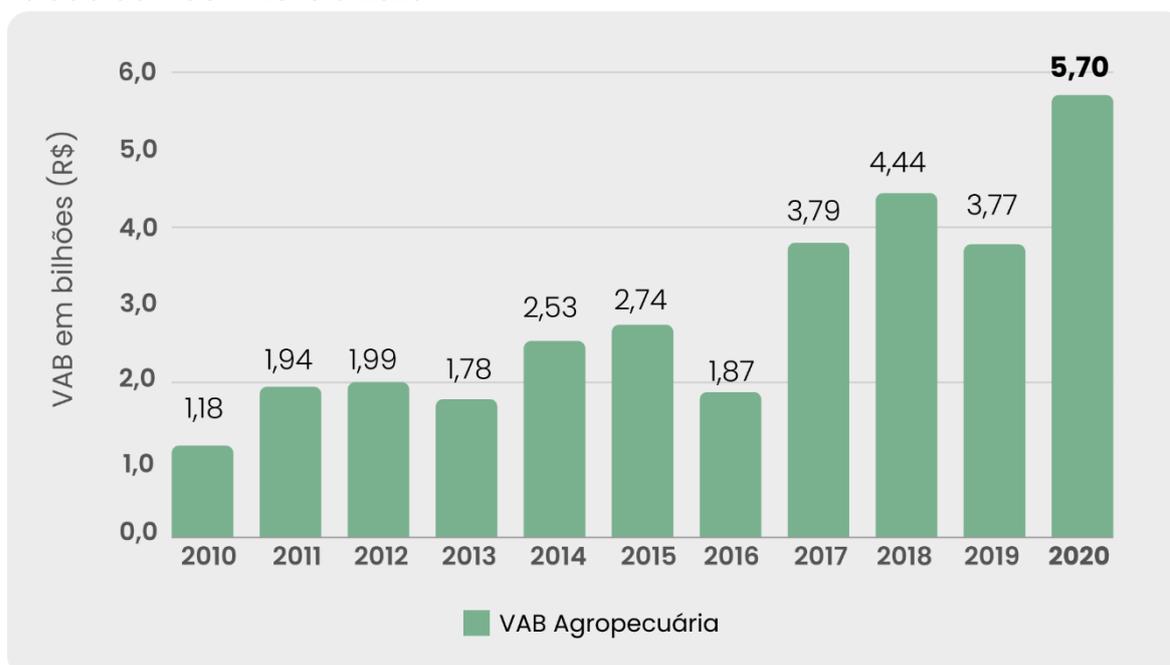
Dessa maneira, vários fatores contribuíram para que o VAB do setor Agropecuário brasileiro tenha alcançado um crescimento mais significativo em 2020. Na atividade de Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita, destaca-se: i) Aumento das produções nacionais de soja, milho, algodão herbáceo, café, arroz e mandioca; ii) Elevação dos preços das principais commodities e condições climáticas favoráveis, o que estimulou o aumento da área plantada; iii) Estabilidade na produção de cana de açúcar e leve queda nas produções de laranja e fumo e iv) Redução relativa dos componentes de custos da agricultura, pois o aumento de adubos, fertilizantes, inseticidas e diesel foram relativamente inferiores ao aumento dos preços dos produtos agrícolas.

Na atividade de Pecuária, inclusive apoio à pecuária constatou-se: i) Gradativo aumento na produção dos efetivos de bovinos, suínos e aves (variações entre 1% e 2%) e aumento considerável dos preços; ii) Aumento dos preços da proteína animal vinculado ao aumento dos insumos pecuários e ao aumento da demanda internacional principalmente da China; iii) Recorde de produção nacional de leite, com destaque para o estado de Minas Gerais.

No que se refere à atividade de Produção florestal, pesca e aquicultura vale destacar que houve aumento dos preços da celulose no mercado internacional, o que pode justificar a estabilidade da produção nacional em relação ao ano anterior com uma redução da extração de madeira em tora e aumento da madeira em tora de sivilicultura, com quedas mais acentuadas da produção florestal em Rondônia e Tocantins e aumento sobretudo em Minas Gerais e Paraná.

Conforme o Gráfico 7, em termos nominais, a Agropecuária no Piauí, em 2020, gerou um VAB de R\$ 5,70 bilhões. Em comparação a 2019, em que o VAB agropecuário somou R\$ 3,77 bilhões, houve um acréscimo nominal de R\$ 1,92 bilhão.

Gráfico 7 – Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária em bilhões (R\$) do Estado do Piauí – 2010 a 2020



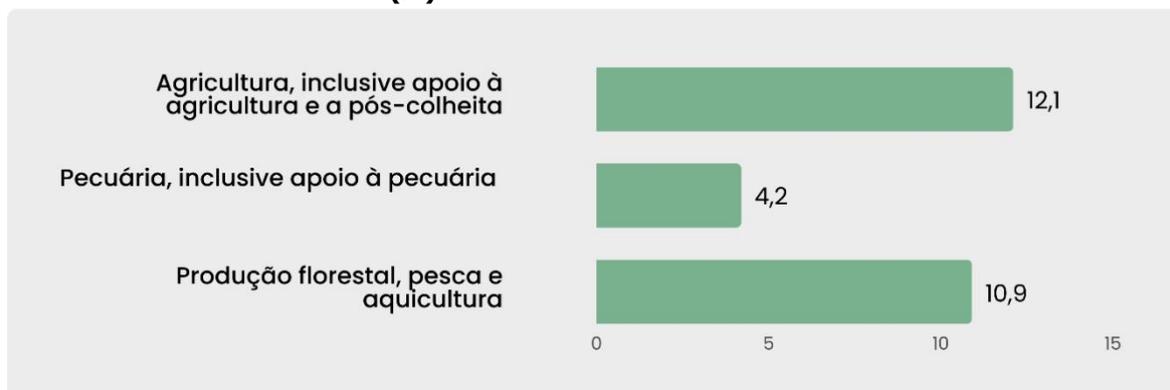
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

No Estado do Piauí, a Agropecuária, em 2020, sofreu também os impactos registrados em âmbito nacional. Assim, registrou variação nominal de 51,0%, em relação a 2019. O aumento do VAB, verificada nesta categoria, decorreu, sobretudo, do crescimento na atividade de Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita.

Em termos de participação, na economia estadual, esse setor que havia respondido em 2019 por 8,0% do VAB do Estado, respondeu em 2020 por 11,3% e obteve um ganho de participação de 3,3 pontos percentuais.

Destaca-se a atividade de Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita com crescimento de 3,0 p.p. e variação de volume de 12,1%, o que é justificado pelo comportamento das atividades de cultivo de cereais e cultivo de soja, segmentos de peso na composição da economia piauiense, que tiveram aumento da quantidade produzida em 2020, seguindo o ocorrido em âmbito nacional e regional (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Variação em volume das Atividades Agropecuárias no VAB do Estado do Piauí entre 2019 e 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

As demais atividades agropecuárias tiveram os seguintes resultados: Pecuária, inclusive apoio à pecuária teve aumento de 4,2% no volume, e 0,2 p.p. na participação estadual e a atividade de Produção florestal, pesca e aquicultura apresentou aumento de volume de 10,9% e 0,1 p.p. na sua participação estadual.

4.2 Indústria

Este setor é composto pelas i) Indústrias extrativas; ii) Indústrias de transformação; iii) Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos de descontaminação; e iv) Construção. O setor da Indústria foi responsável por 22,5% da economia brasileira.

A indústria brasileira, devido à dinâmica econômica nacional e internacional, sofreu a influência de alguns fatores que afetaram seu comportamento ao longo do ano de 2020. Na Indústria extrativa, destaca-se um aumento em volume da extração de petróleo e gás concentrado no Rio de Janeiro, diferentemente dos demais estados que tiveram queda. Vale destacar a redução de preço do barril do petróleo, mesmo com o câmbio favorável, por influência da pandemia, que culminou em uma redução pela demanda em consequência à retração do consumo global

e à restrição das atividades produtivas durante as fases de isolamento social.

A atividade de Extração de minério de ferro obteve um aumento de preço de 52% do produto, compensando a redução nacional em volume influenciada pelas reduções na produção nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Na Indústria de transformação, verificou-se redução em volume motivada pelos segmentos de Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores; Fabricação de veículos automotores; Confeção de artigos de vestuário; Metalurgia; Fabricação de álcool e Fabricação de máquinas e equipamentos. Para a atividade de Confeção de artigos de vestuário e acessórios, a redução ocorreu devido ao impacto do lockdown na produção dessa atividade e pela redução da demanda diante do fechamento de lojas. As maiores reduções dessa atividade foram nos estados de Santa Catarina, São Paulo e Ceará.

Na Metalurgia, a queda também tem influência decorrente dos efeitos da pandemia na economia mundial, que afetaram tanto a demanda interna de fundidos quanto a externa. Destaca-se que a Indústria automobilística obteve um resultado da produção pior desde 2003 e teve seu desempenho vinculado, além dos efeitos da pandemia, à crise da Argentina, que culminou em uma redução da demanda externa. Para a atividade de Fabricação de máquinas e equipamentos, em específico as máquinas agrícolas, a redução foi concentrada nos primeiros meses da pandemia (março, abril e maio), quando foram críticos os reflexos para a economia e a ocorrência de problemas com fornecedores e fábricas que fecharam ou reduziram suas atividades.

É importante destacar que na atividade de Fabricação de produtos alimentícios observou-se um resultado oposto ao total da indústria de transformação, pois apresentou crescimento por influência direta do

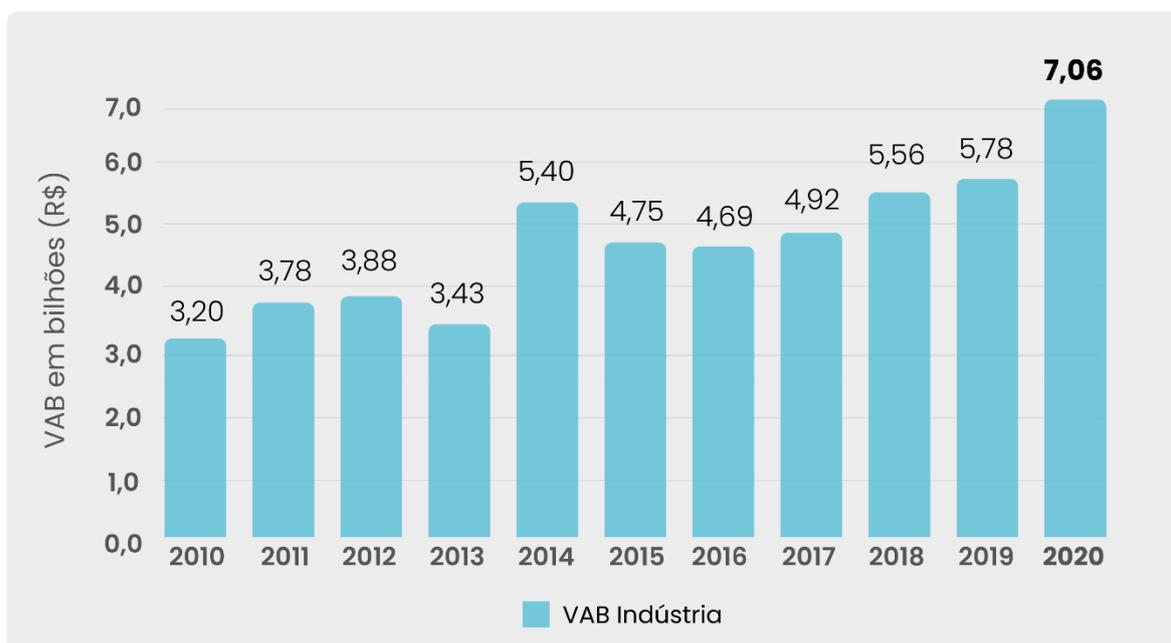
aumento nas produções de carne suína, da produção do óleo de soja bruto e da produção do açúcar.

Na atividade de Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação ocorreu queda na geração de energia, no consumo e na distribuição e, também, constatou-se uma redução dos custos da atividade devido à redução da produção termelétrica.

Na atividade de Construção, houve estabilidade do volume e aumento do valor corrente na produção devido à elevação do preço ocasionado pelo aumento de custos de construção. Constatou-se um aumento do volume em obras de infraestrutura e queda nas edificações e nos serviços especializados. Nesse ano, especialmente o segmento de obras de infraestrutura, foi retomando o ritmo das atividades e não experimentou graves problemas de abastecimento em termos de materiais para construção nesse primeiro ano da pandemia. Vale destacar que decretos federais, estaduais e municipais incluíram a construção no rol de atividades essenciais, possibilitando a continuidade das obras durante a pandemia.

Conforme se observa no Gráfico 9, a atividade industrial no Piauí, em 2020, somou R\$ 7,06 bilhões de VAB em valores nominais, o que representa um acréscimo de R\$ 1, 28 bilhão quando comparado ao ano de 2019. Verifica-se ainda que, ao longo da série 2010-2020, a indústria piauiense tem apresentado um aumento gradativo do VAB a partir do ano de 2017, superando, assim, ano a ano o montante produzido pelo setor.

Gráfico 9 – Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria em bilhões (R\$) do Estado do Piauí – 2010 a 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Em termos de participação, a Indústria atestou um crescimento de participação no Valor Adicionado Bruto do Estado, pois esse grupo representava 12,3%, em 2019, e passou a 14,0% em 2020. Os ganhos de participação experimentadas pelas atividades de Indústrias extrativas; Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos de descontaminação e Construção, respectivamente de 0,1; 1,0; e 1,2 ponto percentual explicam esse aumento do valor relativo da Indústria na economia estadual naquele ano. Constata-se redução apenas na atividade de Indústria de transformação de 0,7 p.p.

No Estado do Piauí, conforme o Gráfico 10, a Indústria apresentou uma queda em volume de 3,4% sobretudo pelo desempenho da atividade de Indústria de transformação, que apresentou variação negativa em volume de 17,7%, devido, principalmente, à redução na atividade de Fabricação de bebidas e na Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. As atividades de Indústria extrativa; Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

e Construção apresentaram crescimento de volume em 2020, se comparado ao ano anterior, de 10,4%, 1,5% e 0,7%, respectivamente.

Gráfico 10 – Variação em volume das atividades industriais no VAB do Estado do Piauí entre 2019 e 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Na atividade de Indústria extrativa, que apresentou aumento de volume de 10,4% e participação de 0,1 p.p., destaca-se o crescimento da atividade extrativa industrial das famílias produtoras. Na Indústria de transformação as diminuições observadas em volume (-17,7%) e em participação (-0,7%) são resultados da redução da produção das atividades de: Fabricação de bebidas; Confeção de artigos do vestuário e acessórios e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

A atividade de Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que apresentou um aumento em volume de 1,5% e de participação em 1 p.p., teve influência da atividade de geração, transmissão e distribuição e comercialização da energia elétrica que apresentou registro positivo da variação do volume decorrente do aumento na produção de energia elétrica de matriz renovável a partir das usinas de energia eólica e fotovoltaica, apesar da redução do volume em âmbito nacional.

A atividade de Construção, de maior representatividade no setor, cerca de 6,7% de participação no VAB estadual, apresentou aumento de

volume de 1,5% e de 1,2 p.p. na participação setorial. Esse desempenho indica um comportamento de recuperação da atividade, que estava em queda nos últimos seis anos consecutivos, impactado diretamente pelos efeitos percebidos desde o ano de 2014, dos quais se destacam o aumento das taxas de juros para operações de créditos das empresas e famílias; a retração da renda das famílias; a queda do consumo e do investimento público e privado.

4.3 Serviços

O setor de Serviços é composto por: Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e Correios; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividade financeiras, de seguros relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas administrativas e serviços complementares; Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social; Educação e saúde privada; Artes, cultura, esporte e recreação e Outras atividades de serviços e Serviços domésticos.

Em 2020, o setor participou com 70,9% do VAB total do país. Os fatores a seguir, no âmbito nacional, influenciaram a atividade dos Serviços no ano em análise:

- A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou uma redução na atividade, devido à redução no comércio de veículos e ao comércio das famílias produtoras. Porém, houve aumento no comércio varejista devido ao aumento de crédito e ao auxílio emergencial.
- A atividade de Alojamento e alimentação obteve a segunda maior redução dos serviços em termos percentuais, atrás apenas de serviços domésticos, devido aos efeitos da pandemia no turismo e na circulação de pessoas.
- A atividade de Transporte, armazenagem e Correios apresentou uma

- redução acentuada principalmente no transporte aéreo, que reduziu pela metade a quantidade de voos e no transporte metroferroviário.
- As Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados lograram com a expansão de crédito, devido às medidas emergenciais do Banco Central e do Conselho Monetário para dar maior liquidez ao sistema monetário nacional após o início da pandemia.
 - Na Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social houve paralisação temporária de escolas até a adaptação para o modelo remoto e a queda no total das internações e atendimentos ambulatoriais.

No Piauí, o setor Serviços registrou queda em volume de 5,1%. Com relação à participação, se manteve como grupo de atividades mais representativas na economia do Estado, entretanto apresentou uma queda na sua participação, de 79,7%, em 2019, para 74,8%, em 2020; uma redução de 4,9 pontos percentuais.

Em termos nominais, o VAB a preços correntes dos Serviços no Piauí atingiu o montante de R\$ 37,83 bilhões em 2020, um incremento de R\$ 248,2 milhões em relação ao ano anterior, conforme se verifica no Gráfico 11. Ressalte-se que, em 2010, o VAB da atividade era de R\$ 15,29 bilhões. Desse modo, em oito anos o valor nominal aumentou R\$ 22,55 bilhões, o que representa um crescimento de 147,4% entre os anos analisados. Verifica-se também, ao longo da série 2010-2020, um aumento gradativo e quase linear do VAB do setor Serviços, superando ano a ano o montante produzido por esse setor.

Gráfico 11 – Valor Adicionado Bruto (VAB) de Serviços em bilhões (R\$) do Estado do Piauí – 2010 a 2020



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

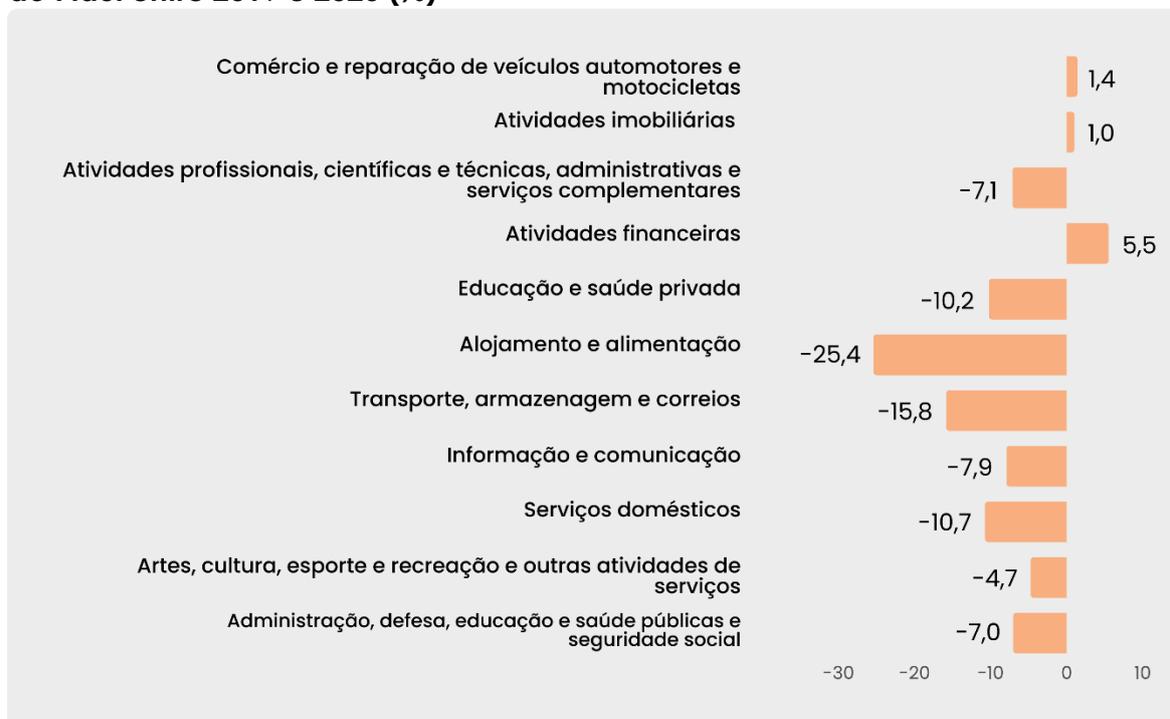
Quanto à participação da atividade de Serviços no Valor Adicionado do Estado, constata-se que todas as atividades apresentaram uma redução de participação, com exceção da atividade de Informação e comunicação que manteve a mesma participação do ano anterior.

Vale ressaltar que as atividades que obtiveram maiores perdas de participação e contribuíram para esse resultado foram: Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares e Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que apresentaram decréscimo de participação de 1,6 p.p., 1,1 p.p. e 0,7 p.p. no VAB do Piauí, cada uma.

Com relação ao volume total das atividades, justifica-se essa redução no setor de Serviços do Estado, no que se refere ao ano de 2019, pelo desempenho das categorias de atividades de Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correios; Serviços domésticos e

Educação e saúde privadas, que apresentaram variações, respectivamente, de -25,4%, -15,8%, -10,7% e -10,2% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Variação em volume das atividades de serviços no VAB do Estado do Piauí entre 2019 e 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Compensando parcialmente essa perda, três atividades do setor Serviços apresentaram variações positivas de volume de produto em 2020, conforme verificado no Gráfico 12, demonstrado anteriormente: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (5,5%); Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (1,4%) e Atividades imobiliárias (1,0%).

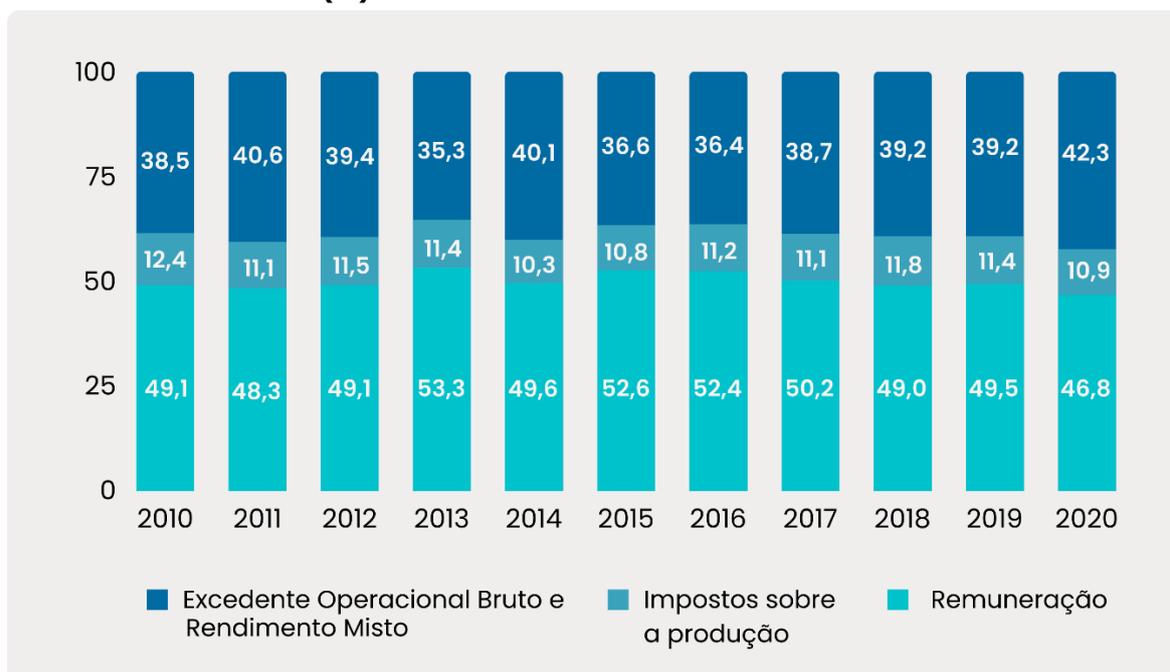
5 AVALIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 2020, PELA ÓTICA DA RENDA

Pela ótica da renda, o Produto Interno Bruto (PIB) corresponde à soma dos valores da remuneração e dos fatores de produção em um determinado período. Esses valores estão distribuídos nas Remunerações (salários), no Excedente Operacional Bruto (EOB), Rendimento Misto Bruto (RMB) dos trabalhadores por conta própria (juros, lucros e alugueis) e nos Impostos sobre a produção. Dessa forma, a produção de bens e serviços envolve, além da utilização de insumos, a remuneração de outros fatores de produção, como o trabalho e o capital.

Ao longo da série histórica analisada e iniciada em 2010, para o Estado do Piauí, percebe-se que as remunerações do trabalho compostas pelos Salários, as Contribuições Sociais e as Contribuições Sociais Imputadas são os principais componentes do PIB pela ótica da renda quando comparados aos demais componentes (Impostos, Excedente Operacional Bruto – EOB e Rendimento Misto Bruto – RMB).

De acordo com o Gráfico 13, em todos os anos da série as remunerações apresentaram participação de 49% ou mais, com exceção de 2011 (48,3%) e 2020, quando, no primeiro ano da pandemia (COVID-19), caiu para 46,8%, o que demonstra uma redução de 2,7 p.p. quando comparado a 2019, motivada principalmente pela redução da participação dos salários.

Gráfico 13 – Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, no Estado do Piauí– 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

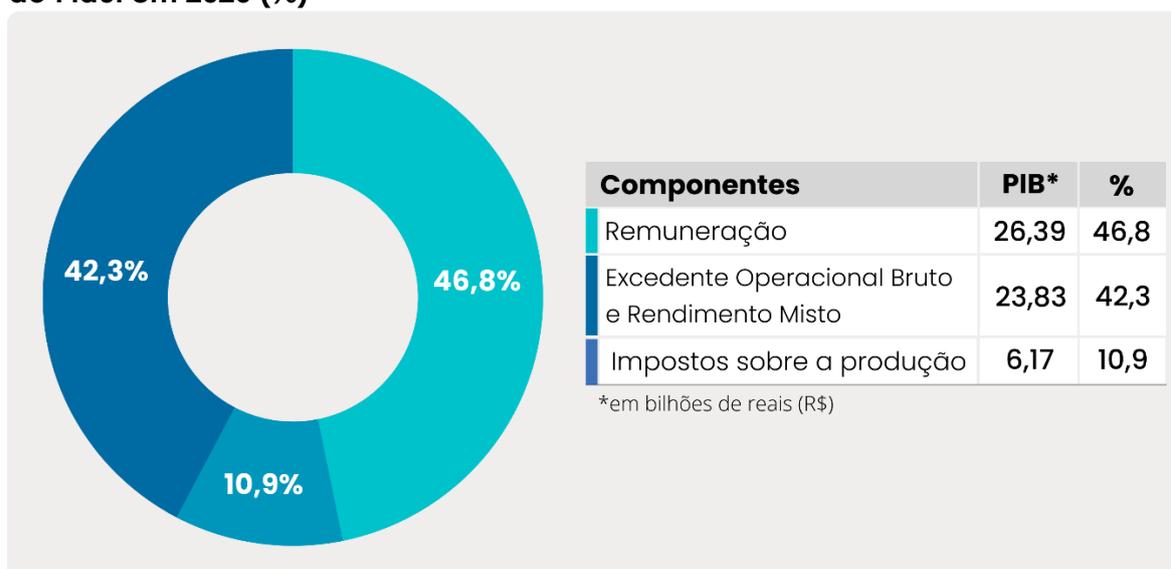
Por outro lado, os impostos sobre a produção são sempre a menor participação da série com relativa estabilidade, variando entre 10,3%, registrado em 2014, e 12,4%, em 2010. Na comparação com o início da década passada, a participação dos impostos no Produto Interno Bruto (PIB) reduziu em 1,2 ponto percentual.

Os rendimentos de capital, formados pela soma do EOB e RMB, apresentaram crescimento na série histórica partindo de 38,5% em 2010 e finalizando com 42,3% em 2020, variação relativa de 3,9%, o que representa a maior participação dos rendimentos provenientes das pessoas físicas e trabalhadores por conta própria na série.

Em síntese, observa-se uma redução na participação da remuneração dos empregados na composição do PIB do Estado, enquanto a fatia correspondente à parcela das empresas EOB vem ganhando maior representatividade (Gráfico 14).

Em 2020, a remuneração do trabalho representou 46,8% do PIB. Sob forte influência do cenário pandêmico, a renda obtida através dos salários¹, principal componente do grupo “remunerações” teve o menor desempenho em participação desde 2010, na composição do PIB pela ótica da renda com 36,9%.

Gráfico 14 – Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, no Estado do Piauí em 2020 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Em seguida, o Excedente Operacional Bruto e o Rendimento Misto são destaques com 42,3% do PIB. Juntos salários, EOB e RMB somam 89,1% do produto pela ótica da renda no Piauí, complementados por 10,9% referentes aos Impostos sobre a produção.

¹ Os valores com maior nível de desagregação estão discriminados na seção de anexos (Tabela 9).

GLOSSÁRIO

Atividade econômica

Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário

Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

Excedente operacional bruto

Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

Impostos sobre a produção e importação

Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

Impostos sobre produtos

Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma postos à disposição pelos seus proprietários.

Produto Interno Bruto (PIB)

Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescidos dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o Produto Interno Bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, igual à soma das rendas primárias. Pode,

portanto, ser expresso por três óticas: a) do lado da produção – o produto interno bruto é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção; b) do lado da demanda – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços; c) do lado da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

PIB Nominal (preço corrente)

Preço ou valor de determinado produto ou serviço no momento em que foi produzido cujo cálculo é feito com base nos preços correntes, portanto, no ano em que o produto final foi produzido e comercializado e considera que há variações nos preços mediante à inflação ou deflação.

PIB Real (preço constante)

Volume físico de um produto ou serviço, ou seja, não considera a inflação . Logo o cálculo é feito com base nos preços constantes, escolhendo, então, um ano específico e não levando em consideração o efeito da inflação.

Remuneração dos empregados

Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

Rendimento de autônomos

Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

Rendimento misto bruto

Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

Salários e ordenados

Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos

Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

Subsídios à produção

Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir déficit operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

Valor Adicionado Bruto (VAB)

Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

ANEXOS

Tabelas de resultados

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, a preço corrente, por Grandes Regiões e Unidades da Federação (R\$1.000.000)- Contas regionais do Brasil– 2010 a 2020 (ano base 2010)

Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BRASIL	3.885.847	4.376.382	4.814.760	5.331.619	5.778.953	5.995.787	6.269.328	6.585.479	7.004.141	7.389.131	7.609.597
NORTE	207.094	241.028	259.101	292.442	308.077	320.688	337.302	367.956	387.535	420.424	478.173
Rondônia	23.908	27.575	30.113	31.121	34.031	36.563	39.460	43.516	44.914	47.091	51.599
Acre	8.342	8.949	10.138	11.474	13.459	13.623	13.754	14.273	15.331	15.630	16.476
Amazonas	60.877	70.734	72.243	83.051	86.669	86.568	89.040	93.240	100.109	108.181	116.019
Roraima	6.639	7.304	7.711	9.011	9.744	10.243	11.013	12.105	13.370	14.292	16.024
Pará	82.685	98.711	107.081	121.225	124.585	130.900	138.108	155.232	161.350	178.377	215.936
Amapá	8.238	9.409	11.131	12.763	13.400	13.861	14.342	15.482	16.795	17.497	18.469
Tocantins	16.405	18.346	20.684	23.797	26.189	28.930	31.585	34.108	35.666	39.356	43.650
NORDESTE	522.769	583.413	653.067	724.524	805.099	848.579	898.362	953.429	1.004.827	1.047.766	1.079.331
Maranhão	46.310	52.144	60.490	67.695	76.842	78.476	85.310	89.543	98.179	97.340	106.916
Piauí	22.269	25.941	28.638	31.284	37.723	39.150	41.417	45.366	50.378	52.781	56.391
Ceará	79.336	89.696	96.974	109.037	126.054	130.630	138.423	147.922	155.904	163.575	166.915
Rio Grande do Norte	36.185	40.993	46.412	51.518	54.023	57.251	59.677	64.306	66.970	71.337	71.577
Paraíba	33.522	37.109	42.488	46.377	52.936	56.142	59.105	62.397	64.374	67.986	70.292
Pernambuco	97.190	110.162	127.989	141.150	155.143	156.964	167.345	181.610	186.352	197.853	193.307
Alagoas	27.133	31.657	34.650	37.283	40.975	46.367	49.469	52.851	54.413	58.964	63.202
Sergipe	26.405	29.108	32.853	35.336	37.472	38.557	38.877	40.711	42.018	44.689	45.410
Bahia	154.420	166.603	182.573	204.844	223.930	245.044	258.739	268.724	286.240	293.241	305.321
SUDESTE	2.180.988	2.455.542	2.693.052	2.948.744	3.174.691	3.238.738	3.333.233	3.482.143	3.721.317	3.917.484	3.952.695
Minas Gerais	351.123	400.125	442.283	488.005	516.634	519.331	544.810	576.376	614.876	651.873	682.786
Espírito Santo	85.310	105.976	116.851	117.274	128.784	120.366	109.264	113.400	137.020	137.346	138.446
Rio de Janeiro	449.858	512.768	574.885	628.226	671.077	659.139	640.401	671.606	758.859	779.928	753.824
São Paulo	1.294.696	1.436.673	1.559.033	1.715.238	1.858.196	1.939.902	2.038.757	2.120.762	2.210.562	2.348.338	2.377.639
SUL	620.180	696.247	765.002	880.286	948.454	1.008.035	1.067.358	1.122.038	1.195.550	1.272.105	1.308.147
Paraná	225.205	257.122	285.620	333.481	348.084	376.963	401.814	421.498	440.029	466.377	487.931
Santa Catarina	153.726	174.068	191.795	214.512	242.553	249.080	256.755	277.270	298.227	323.264	349.275
Rio Grande do Sul	241.249	265.056	287.587	332.293	357.816	381.993	408.790	423.270	457.294	482.464	470.942
CENTRO-OESTE	354.816	400.153	444.538	485.623	542.632	579.746	633.072	659.913	694.911	731.351	791.251
Mato Grosso do Sul	47.271	55.133	62.013	69.203	78.950	83.083	91.892	96.396	106.969	106.943	122.628
Mato Grosso	56.601	69.154	79.666	89.213	101.235	107.418	123.880	126.846	137.443	142.122	178.650
Goiás	106.770	121.297	138.758	151.300	165.015	173.632	181.760	191.948	195.682	208.672	224.126
Distrito Federal	144.174	154.569	164.101	175.907	197.432	215.613	235.540	244.722	254.817	273.614	265.847

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto do Brasil per capita a preço de mercado corrente, por grandes regiões e Unidades da Federação– 2010 a 2020 (R\$1,00)

Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BRASIL	20.371,64	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.326,33	30.411,30	31.712,65	33.593,82	35.161,70	35.935,74
NORTE	13.040,47	14.975,16	15.878,07	17.219,22	17.879,20	18.358,69	19.043,21	20.514,74	21.313,93	22.810,74	25.608,29
Rondônia	15.320,65	17.491,60	18.938,69	18.007,85	19.462,61	20.677,95	22.072,99	24.098,15	25.554,31	26.497,12	28.722,45
Acre	11.384,33	11.990,36	13.360,72	14.777,18	17.034,15	16.953,46	16.837,69	17.204,21	17.636,88	17.722,41	18.420,26
Amazonas	17.488,72	19.990,58	20.117,80	21.810,12	22.373,36	21.978,95	22.245,02	22.945,14	24.532,90	26.101,72	27.572,96
Roraima	14.713,55	15.871,96	16.424,01	18.461,88	19.608,40	20.476,71	21.413,52	23.160,88	23.188,92	23.593,84	25.387,77
Pará	10.874,91	12.838,60	13.741,42	15.210,80	15.430,53	16.009,98	16.689,55	18.553,76	18.952,21	20.734,60	24.846,62
Amapá	12.319,32	13.749,97	15.933,06	17.365,38	17.845,34	18.079,54	18.329,19	19.407,65	20.247,53	20.688,21	21.431,53
Tocantins	11.857,88	13.095,72	14.590,19	16.098,79	17.495,94	19.094,16	20.598,73	22.002,49	22.933,07	25.021,80	27.448,43
NORDESTE	9.849,05	10.904,53	12.114,67	12.985,53	14.329,13	15.002,33	15.779,11	16.652,57	17.702,85	18.358,78	18.812,12
Maranhão	7.048,99	7.846,13	9.009,13	9.963,47	11.216,37	11.366,23	12.264,28	12.791,40	13.955,75	13.757,94	15.027,69
Piauí	7.139,80	8.260,72	9.060,41	9.824,74	11.808,08	12.218,51	12.890,25	14.091,93	15.432,05	16.125,00	17.184,70
Ceará	9.391,07	10.515,15	11.268,15	12.420,76	14.255,05	14.669,14	15.437,75	16.398,45	17.178,26	17.912,17	18.168,35
Rio Grande do Norte	11.421,40	12.815,67	14.377,13	15.269,44	15.849,33	16.631,86	17.168,60	18.336,45	19.249,60	20.342,11	20.252,90
Paraíba	8.899,38	9.787,93	11.136,68	11.847,81	13.422,42	14.133,32	14.774,41	15.500,16	16.107,51	16.919,84	17.402,13
Pernambuco	11.049,27	12.426,70	14.330,83	15.328,17	16.722,05	16.795,34	17.777,25	19.170,74	19.623,65	20.702,30	20.101,38
Alagoas	8.693,92	10.071,10	10.946,36	11.294,54	12.335,44	13.877,53	14.723,70	15.655,76	16.375,56	17.667,79	18.857,69
Sergipe	12.768,13	13.928,61	15.563,83	16.093,55	16.882,71	17.189,28	17.153,91	17.792,58	18.442,63	19.441,23	19.583,07
Bahia	11.013,11	11.817,87	12.879,59	13.616,22	14.803,95	16.115,89	16.931,10	17.512,79	19.324,04	19.716,21	20.449,29
SUDESTE	27.142,34	30.324,46	33.016,85	34.910,60	37.298,57	37.771,26	38.584,63	40.047,78	42.426,57	44.329,76	44.406,19
Minas Gerais	17.918,75	20.281,35	22.275,27	23.697,20	24.917,12	24.884,94	25.937,96	27.291,11	29.223,22	30.794,04	32.066,73
Espírito Santo	24.286,44	29.877,24	32.657,46	30.545,24	33.148,56	30.627,45	27.487,41	28.234,53	34.490,12	34.177,05	34.065,98
Rio de Janeiro	28.127,41	31.823,88	35.418,15	38.378,59	40.767,26	39.826,95	38.481,96	40.170,31	44.222,66	45.174,08	43.407,55
São Paulo	31.384,93	34.546,05	37.207,35	39.282,97	42.197,87	43.694,68	45.542,32	47.028,89	48.542,24	51.140,82	51.364,73
SUL	22.646,87	25.260,72	27.585,88	30.569,99	32.687,15	34.485,51	36.242,40	37.849,22	40.181,12	42.437,47	43.327,17
Paraná	21.572,21	24.459,07	27.001,97	30.323,46	31.410,74	33.768,62	35.726,38	37.231,86	38.772,74	40.788,77	42.366,71
Santa Catarina	24.597,41	27.555,30	30.046,38	32.334,04	36.055,90	36.525,28	37.140,47	39.603,47	42.149,30	45.118,41	48.159,24
Rio Grande do Sul	2.2556,07	24.695,40	26.701,11	29.764,55	31.927,16	33.960,36	36.206,54	37.381,79	40.362,75	42.406,09	41.227,61
CENTRO-OESTE	25.253,18	28.092,35	30.819,44	32.389,57	35.653,48	37.542,83	40.411,86	41.566,94	43.200,04	44.876,24	47.942,09
Mato Grosso do Sul	19.299,34	22.253,17	24.754,90	26.747,59	30.137,58	31.337,22	34.247,79	35.529,38	38.925,85	38.482,83	43.649,17
Mato Grosso	18.655,61	22.482,25	25.572,10	28.035,75	31.396,81	32.894,96	37.462,74	37.926,22	39.931,13	40.787,32	50.663,19
Goiás	17.783,03	19.947,77	22.543,93	23.515,55	25.296,60	26.265,32	27.135,06	28.316,09	28.272,96	29.732,40	31.506,97
Distrito Federal	56.252,90	59.221,87	61.959,36	63.054,41	69.216,80	73.971,05	79.099,77	80.515,47	85.661,39	90.742,75	87.016,16

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 3 – Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2020

Grandes Regiões e Unidades da Federação Regiões / UF	Produto Interno Bruto		População Residente (hab.)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)
	Preços Correntes (R\$ 1.000.000)	Varição em Volume (%)		
BRASIL	7.609.597	-3,28	211.755.692	35.936
NORTE	478.173	-1,57	18.672.591	25.608
Rondônia	51.599	-4,41	1.796.460	28.722
Acre	16.476	-4,18	894.470	18.420
Amazonas	116.019	-1,69	4.207.714	27.573
Roraima	16.024	0,12	631.181	25.388
Pará	215.936	-0,18	8.690.745	24.847
Amapá	18.469	-3,27	861.773	21.432
Tocantins	43.650	-2,94	1.590.248	27.448
NORDESTE	1.079.331	-4,12	57.374.243	18.812
Maranhão	106.916	-1,92	7.114.598	15.028
Piauí	56.391	-3,52	3.281.480	17.185
Ceará	166.915	-5,72	9.187.103	18.168
Rio Grande do Norte	71.577	-4,95	3.534.165	20.253
Paraíba	70.292	-4,04	4.039.277	17.402
Pernambuco	193.307	-4,09	9.616.621	20.101
Alagoas	63.202	-4,23	3.351.543	18.858
Sergipe	45.410	-1,00	2.318.822	19.583
Bahia	305.321	-4,37	14.930.634	20.449
SUDESTE	3.952.695	-3,30	89.012.240	44.406
Minas Gerais	682.786	-2,99	21.292.666	32.067
Espírito Santo	138.446	-4,43	4.064.052	34.066
Rio de Janeiro	753.824	-2,88	17.366.189	43.408
São Paulo	2.377.639	-3,46	46.289.333	51.365
SUL	1.308.147	-4,21	30.192.315	43.327
Paraná	487.931	-2,03	11.516.840	42.367
Santa Catarina	349.275	-2,86	7.252.502	48.159
Rio Grande do Sul	470.942	-7,21	11.422.973	41.228
CENTRO-OESTE	791.251	-1,31	16.504.303	47.942
Mato Grosso do Sul	122.628	0,25	2.809.394	43.649
Mato Grosso	178.650	0,01	3.526.220	50.663
Goiás	224.126	-1,29	7.113.540	31.507
Distrito Federal	265.847	-2,60	3.055.149	87.016

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 4 – Participação no Produto Interno Bruto a preço de mercado, por Grandes Regiões e Unidades da Federação–2010 a 2020 (%)

Regiões / UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BRASIL	100,0										
NORTE	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,3	5,4	5,6	5,5	5,7	6,3
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4	2,3	2,4	2,8
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
NORDESTE	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	14,3	14,5	14,3	14,2	14,2
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7						
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	2,5
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0
SUDESTE	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	52,9	53,1	53,0	51,9
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8	8,8	8,8	9,0
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7	2,0	1,9	1,8
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2	10,8	10,6	9,9
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2	31,6	31,8	31,2
SUL	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8	17,0	17,0	17,1	17,2	17,2
Paraná	5,6	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4	6,4	6,3	6,3	6,4
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2	4,3	4,4	4,6
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4	6,5	6,5	6,2
CENTRO-OESTE	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7	10,1	10,0	9,9	9,9	10,4
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,4	1,6
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0	1,9	2,0	1,9	2,3
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,9
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,7	3,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022). * Valores arredondados para uma casa decimal.

Tabela 5 – Posição relativa e Variação real em volume do Produto Interno Bruto (PIB) por Unidades da Federação– 2019 e 2020

Regiões / UF	2019	2020	Ranking 2019	Ranking 2020
BRASIL	1,2	-3,3	***	***
NORTE	0,5	-1,6	***	***
Rondônia	1,0	-4,4	16	23
Acre	0,2	-4,2	22	20
Amazonas	2,3	-1,7	7	7
Roraima	3,8	0,1	3	2
Pará	-2,3	-0,2	26	4
Amapá	2,3	-3,3	6	15
Tocantins	5,2	-2,9	1	13
NORDESTE	1,2	-4,1	***	***
Maranhão	0,7	-1,9	19	8
Piauí	-0,6	-3,5	25	17
Ceará	2,1	-5,7	9	26
Rio Grande do Norte	1,4	-5,0	13	25
Paraíba	0,6	-4,0	20	18
Pernambuco	1,1	-4,1	14	19
Alagoas	1,9	-4,2	11	21
Sergipe	3,6	-1,0	5	5
Bahia	0,8	-4,4	18	22
SUDESTE	1,0	-3,3	***	***
Minas Gerais	0,0	-3,0	23	14
Espírito Santo	-3,8	-4,4	27	24
Rio de Janeiro	0,5	-2,9	21	12
São Paulo	1,7	-3,5	12	16
SUL	1,7	-4,2	***	***
Paraná	0,9	-2,0	17	9
Santa Catarina	3,8	-2,9	4	11
Rio Grande do Sul	1,1	-7,2	15	27
CENTRO-OESTE	2,1	-1,3	***	***
Mato Grosso do Sul	-0,5	0,2	24	1
Mato Grosso	4,1	0,0	2	3
Goiás	2,2	-1,3	8	6
Distrito Federal	2,1	-2,6	10	10

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 6 – Variação real em volume do Valor Adicionado 2020 em relação a 2019, por Unidades da Federação (%)

Unidades da Federação	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
BRASIL	-3,2	4,2	- 3,0	- 3,7
NORTE	-1,6	***	***	***
Rondônia	-4,2	- 5,9	- 5,5	- 3,5
Acre	-4,5	- 17,4	- 7,3	- 3,1
Amazonas	-1,9	- 0,2	0,7	- 3,7
Roraima	0,6	11,0	2,5	- 0,3
Pará	-0,1	5,8	1,2	- 1,9
Amapá	-3,3	1,2	- 5,5	- 3,1
Tocantins	-2,9	1,4	- 1,3	- 4,0
NORDESTE	-4,1	***	***	***
Maranhão	-2,1	8,1	- 0,8	- 3,7
Piauí	-3,6	10,8	- 3,4	- 5,1
Ceará	-5,4	13,7	- 9,5	- 5,8
Rio Grande do Norte	-4,8	2,6	- 1,9	- 5,9
Paraíba	-4,2	8,7	- 4,6	- 4,7
Pernambuco	-4,1	5,3	- 0,7	- 5,5
Alagoas	-4,3	1,1	- 4,2	- 5,7
Sergipe	-0,8	9,2	13,5	- 5,3
Bahia	-4,3	10,5	- 0,4	- 6,9
SUDESTE	-3,2	***	***	***
Minas Gerais	-3,1	10,0	- 4,8	- 3,3
Espírito Santo	-4,5	0,2	- 9,5	- 2,9
Rio de Janeiro	-2,6	6,8	3,8	- 4,8
São Paulo	-3,3	1,9	- 5,0	- 3,0
SUL	-4,1	***	***	***
Paraná	-1,8	20,4	- 3,8	- 3,9
Santa Catarina	-2,6	1,8	- 5,6	- 1,7
Rio Grande do Sul	-7,3	- 29,6	- 6,1	- 5,0
CENTRO-OESTE	-1,3	***	***	***
Mato Grosso do Sul	0,3	14,6	0,0	- 3,6
Mato Grosso	0,1	11,1	- 4,5	- 2,5
Goiás	-1,2	9,9	0,4	- 3,5
Distrito Federal	-2,6	19,8	- 0,8	- 2,8

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 7 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) no Estado do Piauí– 2010 a 2019 (%)

Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4	9,9	8,0	11,3	
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	3,4	5,8	5,4	4,0	5,1	5,3	2,7	7,1	7,9	6,2	9,2	
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,9	1,9	1,6	1,7	1,6	1,7	1,6	1,6	1,4	1,3	1,5	
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	
Indústria	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1	12,4	12,3	14,0	
Indústrias extrativas	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	
Indústrias de transformação	5,2	4,8	4,8	3,6	4,8	4,2	4,1	3,3	3,1	3,0	2,3	
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,0	2,5	2,3	0,7	1,9	0,9	1,6	2,6	3,5	3,6	4,6	
Construção	8,4	8,4	7,7	7,8	9,0	8,3	6,9	6,2	5,5	5,5	6,7	
Serviços	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5	77,6	79,7	74,8	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,9	16,7	17,5	18,5	16,0	14,8	15,4	14,7	14,2	15,1	13,6	
Transporte, armazenagem e Correios	3,0	2,9	2,3	2,6	2,0	2,3	2,7	2,5	2,6	2,5	2,4	
Alojamento e alimentação	2,5	2,4	2,5	3,4	2,8	3,4	3,7	3,1	3,1	3,0	2,5	
Informação e comunicação	1,5	1,3	1,1	1,5	1,4	1,6	1,5	1,6	1,4	1,4	1,4	
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2,6	2,3	2,4	2,5	2,6	3,0	3,4	3,5	3,4	3,7	3,5	
Atividades imobiliárias	8,0	7,5	7,7	7,7	9,2	9,1	9,0	8,1	8,4	8,6	8,4	
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,1	5,4	4,9	4,6	5,6	6,5	6,0	5,7	5,6	4,5	
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	33,0	31,8	31,8	34,4	31,2	33,2	34,1	33,1	33,3	34,2	33,5	
Educação e saúde privadas	2,3	2,3	2,6	2,7	3,6	3,0	3,2	3,2	3,2	3,2	2,7	
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,6	1,7	1,3	1,6	1,2	1,4	1,3	1,3	1,3	1,1	
Serviços domésticos	1,4	1,3	1,7	1,9	1,6	1,4	1,5	1,3	1,1	1,2	1,3	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022). * Valores arredondados para uma casa decimal.

Tabela 8 – Participação das atividades econômicas do Estado do Piauí nos anos de 2019 e 2020 e a diferença percentual (%)

Atividades econômicas	2019	2020	Diferença p.p 2020-2019
Total das Atividades	100,0	100,0	-
Agropecuária	8,0	11,3	3,3
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	6,2	9,2	3,0
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,3	1,5	0,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,5	0,6	0,0
Indústria	12,3	14,0	1,7
Indústrias extrativas	0,1	0,2	0,1
Indústrias de transformação	3,0	2,3	-0,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,6	4,6	1,0
Construção	5,5	6,7	1,3
Serviços	79,7	74,8	-5,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,1	13,6	-1,6
Transporte, armazenagem e Correios	2,5	2,4	-0,1
Alojamento e alimentação	3,0	2,5	-0,6
Informação e comunicação	1,4	1,4	-0,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,7	3,5	-0,2
Atividades imobiliárias	8,6	8,4	-0,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	4,5	-1,1
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	34,2	33,5	-0,8
Educação e saúde privadas	3,2	2,7	-0,5
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,3	1,1	-0,2
Serviços domésticos	1,2	1,3	0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Tabela 9 – Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda do Estado do Piauí– 2010, 2018, 2019 e 2020

Componentes do PIB sob a ótica da renda	2010		2018		2019		2020	
	R\$ milhões	%						
Remunerações (a)	10.944	49,1%	24.671	49,0%	26.101	49,5%	26.388	46,8%
Salários	8.674	39,0%	19.432	38,6%	20.416	38,7%	26.388	36,9%
Contribuições sociais	2.269	10,1%	5.239	10,4%	5.685	10,8%	5.574	9,9%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produção e a importação (b)	2.759	12,4%	5.959	11,8%	5.991	11,4%	6.173	10,9%
Impostos líquidos de subsídios, sobre produto	2.599	11,7%	5.686	11,3%	5.648	10,7%	5.805	10,3%
Outros produtos, líquidos de subsídios, sobre a produção	160	0,7%	274	0,5%	342	0,6%	368	0,7%
Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto Bruto (RMB) (c)	8.567	38,5%	19.748	39,2%	20.689	39,2%	23.830	42,3%
Produto Interno Bruto (Ótica da Renda) = (a + b +c)	22.269	100%	50.378	100%	52.781	100%	56.391	100%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).